

Resenha – Administração Brasileira.

RESENHA

Administração Pública Contemporânea para Formação

Sanabio, M.T., Santos, G. J., & David, M. V. (2013).
Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão. Editora UFJF.

Nome: Regiane Rosa Marques¹
Universidade Federal de Viçosa - UFV
e-mail: regiane.marques@ufv.br
Nome: Magnus Emmendoerfer²
Universidade Federal de Viçosa - UFV
e-mail: magnus@ufv.br

RESUMO

O livro *Administração Pública Contemporânea: política, democracia e gestão*, publicado pela editora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), disponível gratuitamente na internet, foi organizado pelos professores Marcos Tanure Sanabio, Gilmar José dos Santos e Marcus Vinicius David, é um livro didático direcionado à formação e qualificação de profissionais que trabalham, se relacionam ou que pretendem atuar no setor público como campo de carreira.

Esta obra reúne 11 autores e 250 páginas de relevantes conteúdos didáticos sobre o pensamento da Administração Pública Contemporânea no contexto brasileiro sob a perspectiva do planejamento público, os quais foram estruturados em oito capítulos que versam sobre os temas: modelos de administração pública; a administração pública gerencial; governabilidade, governança e accountability; finanças públicas e gestão financeira de organizações públicas; direito e gestão pública; município e democracia participativa; licitação pública; e, gestão tributária.

Todos os temas apresentados na obra visam articular conhecimentos clássicos com demandas práticas a fim estimular o ensino e a aprendizagem da Administração Pública, sob uma abordagem multidisciplinar, levando em consideração aspectos da política, da democracia e da gestão.

Devido a atualidade dos temas tratados na obra, sua discussão é de interesse do público especializado, mas principalmente do público interessado na formação qualificada para o ingresso e o exercício da função pública profissionalizada em diferentes entes governamentais no contexto brasileiro.

[Submetido em 14-02-2023 – Aceito em: 08-03-2023 – Publicado em: 31-06-2023]

¹ Graduada em Serviço Social, UFV (2019); Mestranda em Economia Doméstica, UFV.

² Graduado em Administração, UFSC (2002); Mestrado em Administração, UFSC (2004); Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, UFMG (2009).

Administração pública contempla um conjunto de órgãos, serviço e agentes do Estado que procura satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, entre outros. Denomina-se administração pública a gestão de interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em administração direta e indireta. Logo, pode-se defini-la como sendo um conjunto relativamente harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta ou indiretamente os fins desejados pelo Estado. Neste sentido, administrar a coisa pública significa não só prestar serviço e executá-lo como, igualmente, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil por meio de um programa de ação exequível.

No sistema governamental brasileiro existem quatro tipos de administração pública, podendo ser: Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. A administração pública federal é representada pela União e tem como finalidade administrar os interesses públicos. A administração pública estadual promove todas as iniciativas para satisfazer os interesses da população de seu limite territorial geográfico como Estado-membro. Já a administração pública municipal acaba por zelar pelos interesses da população local dentro dos limites territoriais do município. A por fim, a administração pública do Distrito Federal, tem por finalidade atender aos interesses da população ali residente e de ser responsável pelo recebimento de representações diplomáticas ao Brasil quando tem em vista satisfazer os interesses da população de seu limite territorial geográfico como Estado-membro local dentro dos limites territoriais do município.

Assim, um dos objetivos da presente obra se pauta nas discussões a respeito da administração pública tendo como foco o planejamento governamental e suas diretrizes em relação ao bom funcionamento econômico, político e sociocultural do país. Trazendo em suas discussões as temáticas contemporâneas sobre: modelos de administração pública, a administração pública gerencial, governabilidade, finanças públicas e gestão financeira de organizações públicas, direito e gestão pública, município e democracia participativa, licitação pública e por fim, gestão tributária.

O processo de planejamento é uma atividade necessária para as organizações públicas e privadas poderem ter perspectiva estatal a fim de gerar confiança e interesse público, ao mesmo tempo requer abertura para lidar com as contingências e as realidades sociais contemporâneas. Nesse sentido, o planejamento pode ser compreendido como um processo lógico que auxilia o comportamento racional, objetivando a ação futura, constitui a essência do planejamento.

Uma organização é a coordenação racional das atividades de algumas pessoas que procuram chegar a um objetivo comum e explícito. Partindo-se da premissa de que a vida organizacional pode ser dominada com base em critérios de racionalidade, o processo de planejamento atua como instrumento capaz de conduzir racionalmente as organizações na direção almejada. Para as organizações modernas é muito importante o uso do planejamento. Planejar é escrever o que se pretende para o futuro. É algo que deve ser definido pelas organizações para que estas possam traçar ou delinear um caminho a ser seguido.

Dessa forma, planejar é saber o que fazer, quando fazer, onde fazer, como fazer, com quanto (unidades monetárias) fazer e para quem fazer. Portanto, o planejamento deve conter, entre outros elementos, planos, programas, ações, projetos, atividades e

valores, aspectos que serão analisados nesse momento. O planejamento deve partir do geral (planejamento estratégico) para o específico (planejamento operacional). Entretanto, para que esses dois extremos se comuniquem, deve haver um planejamento intermediário, integrador (planejamento tático).

O planejamento estratégico se apresenta sob o mapeamento e alinhamento dos objetivos da organização e de seus planos táticos e operacionais, ajustando a perspectiva do ambiente interno sob influências do ambiente externo. Desse modo, ele possibilita que todos os planos táticos e operacionais da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada, tendo as seguintes características: projetado para longo prazo, maior interação entre a organização e seus ambientes internos e externos, é sistêmico e envolve a organização como um todo.

Já o planejamento tático consiste na elaboração de planos, programas e projetos para a implementação das estratégias (planejamento estratégico). É sistêmico e interativo e compreende as decisões organizacionais e institucionais, determinando os objetivos funcionais específicos, as metas e as táticas baseadas no planejamento estratégico. Para que esse seja levado a efeito, precisa ser implantado no nível operacional da organização, no qual as tarefas são executadas. Entretanto, entre o nível institucional e o nível operacional existe uma considerável diferença de comportamento e de conhecimento, necessitando-se de um nível intermediário (planejamento tático) para que as decisões estratégicas ali descritas sejam traduzidas e adaptadas em planos capazes de serem entendidos e, conseqüentemente, executados. Esse nível apresenta as seguintes características: é um processo contínuo e permanente, tendo seu foco no futuro, é projetado a curto médio prazo, orienta o processo de tomada de decisão, é sistêmico, interativo e flexível.

Por fim, o planejamento operacional é orientado para áreas funcionais ou para tarefas específicas. Ele está voltado a 'o que fazer' e a 'como fazer'. Os planos operacionais, então, referem-se à eficiência (ênfase nos meios), pois a eficácia (ênfase nos fins) é problema dos níveis institucional e intermediário da organização. Enfim, todos os três níveis devem orientar os esforços internos das organizações com o objetivo de alinhá-los com o ambiente externo, a fim de agregar valor e gerar economia.

Transportando esses ideais para o planejamento da administração pública, observa-se a presença de duas fases: preparação e execução. A fase da preparação apresenta um caráter político, vai da formulação à aprovação do plano. É uma fase essencial, a qual deve ser precedida de pesquisa, a fim de dar condições ao órgão planejador para um diagnóstico, visando a fixação dos objetivos e das metas, com vistas aos programas e projetos.

Já a fase de execução apresenta um caráter técnico, envolve a implantação, o controle e a avaliação do plano. Nessa fase, o planejamento está intimamente relacionado ao orçamento, tanto que, sem um, é impossível a existência do outro, tal ponto que o planejamento é o elemento essencial do orçamento.

Os princípios do planejamento aplicados à área pública constituem as premissas que direcionam a atividade de planejar. Seis princípios se apresentam: racionalidade, previsão, universalidade, unidade, inerência e continuidade.

- Racionalidade: é a própria essência do planejamento. Consiste na relação de alternativas de ação, com finalidade de fixar uma conduta final que propicie o máximo aproveitamento dos recursos empregados.

- Previsão: os programas devem ser dimensionados no tempo, ou seja, deve-se fixar o período dentro do qual os objetivos serão atingidos em curto, médio e longo prazo.
- Universalidade: o planejamento deve abranger todas as etapas do processo econômico, social e administrativo, para que se tenha orientação coerente e disciplinada dentro do quadro de uma constante mutação que se observa na vida econômica.
- Unidade: o planejamento deve formar um todo orgânico e compatível, para que se evitem duplicidade de esforços e desperdício de recursos.
- Inerência: nada será realizado com eficiência se não houver planejamento de suas diretrizes em acordo com as mutações do meio social.
- Continuidade: o planejamento deve ser permanente, de duração ilimitada.

Definidos os princípios do planejamento na administração pública, analisa-se os níveis no contexto do planejamento. Os níveis do planejamento consistem na delimitação do campo de abrangência das atividades de planejamento na administração pública.

O planejamento público tem início em uma escala mais abrangente, por meio do planejamento global, depois passa por uma abordagem local e, de certa forma, customizada por meio do planejamento regional e, por fim, apresenta-se sob um determinado segmento por meio do planejamento setorial.

O planejamento global delimita, em seu sentido amplo, a política de desenvolvimento, ou seja, políticas para o crescimento e bem-estar econômico, mediado pelo produto nacional e pelo produto nacional per capita, para a redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades, e para a melhoria das condições de saúde, educação, moradia e transporte para a população. O planejamento global preocupa-se com os dados referentes ao produto nacional bruto, à renda nacional e aos níveis de investimento e poupança.

O planejamento regional objetiva solucionar problemas de determinadas regiões, corrigindo o desequilíbrio entre as áreas regionais, com vistas sempre à expansão econômica. Desde a década de 1970, observa-se uma tendência de desconcentração econômica nas regiões metropolitanas em relação ao interior do estado. Isso se deu em função das políticas regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e Superintendência a Amazônia – Sudam, e de políticas setoriais (de apoio à agricultura) implantadas pelos governantes.

E por fim, o planejamento setorial, abrange um determinado segmento social e econômico, tais como: saúde pública, habitação, educação e segurança pública. Um governante pode dar maior ênfase para um setor, por exemplo, apoio à agricultura, à assistência social, em detrimento de outros

O sistema de planejamento na administração pública está estruturado de forma a atender os três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Dessa forma, o sistema de planejamento se norteia por um conjunto de elementos (planos, programas e ações) que dão sustentação ao processo de tomada de decisão e alocação de recursos.

Diante de cada uma das diretrizes, salienta-se a necessidade de estar conhecendo as possíveis interferências que possam acontecer e como trabalhar tanto com as

fragilidades quanto com as questões de fortalecimento, sempre buscando quesitos que trabalhem com a confiabilidade para que os investimentos relacionados aos cuidados administrativos possam ser trabalhados com devida coerência, sempre priorizando os direitos de cada um dos envolvidos. Em relação à totalidade de ações, pode-se notar que se torna essencial estar visando as considerações, cada privilégio e fundamentos que estejam trabalhando com fatores que possam agir com condutas que possam ser estáveis ao longo do tempo. Observa-se que as relações envolvendo os cuidados para com a política, democracia e gestão precisam ser sustentadas com devida ordem, estipulando parâmetros e verificando quais recursos públicos que se fazem essenciais para contribuir com as bases de nossa sociedade.

Cada atividade precisa ser devidamente coerente e atender os anseios estabelecidos, aos quais poderão desempenhar funções que sejam qualificadas diante da manutenção dos poderes políticos. Deve-se priorizar por atitudes que colaborem adequadamente com o desenvolvimento de cada fundamento administrativo, verificando as funcionalidades que visam proteger cada um dos indivíduos que são favorecidos pelas diretrizes da administração pública em nossa sociedade. Estima-se que o conhecimento sobre questões burocráticas necessita estar possibilitando condições que estejam acompanhando o desempenho, sempre visando o crescimento que possa colaborar para a obtenção de técnicas que verifiquem resultados relativos, promovendo práticas para a melhoria dos resultados de cada uma das tarefas desempenhadas ao longo do tempo.

Quando se trabalha com possíveis rotinas administrativas, torna-se essencial estar priorizando as condições existentes e como podem promover um redimensionamento com ações devidamente específicas, verificando o controle das normativas que se apresentam devidamente fundamentais para alinhar cada atribuição que se envolva com apontamentos essenciais para a administração pública.

Assim, entende-se necessário trabalhar com quesitos que verifiquem a transparência e prestação de contas que precisam ser verificadas com devida constância, torna-se primordial trabalhar com padrões que especifiquem melhorias que estejam concentradas em propostas que priorizem iniciativas que possam agregar ao longo de cada atividade. Os fatores envolvendo a eficiência se apresentam essenciais para que as formas de gestão possam estar adequadas aos resultados com iniciativas dos mais variados tipos, sempre visando possíveis mudanças que possam surgir e como estipular maneiras de estar complementando as ações de trabalho.

Ao longo de cada uma das propostas sobre a construção de resultados envolvendo as ações administrativas, torna-se primordial garantir estratégias que englobem concepções que ofertem uma amplitude diante da capacidade ou até mesmo de condições que estejam concentrando na capacidade estar contribuindo com os distintos resultados que possam ser alcançados. Cada uma das atividades deve estar seguindo com determinada exclusividade para regular os quesitos que possam trabalhar com o interesse público, deve-se estipular questões que destacam os significados que em sua amplitude estejam trabalhando com a melhoria na qualidade dos serviços a serem prestados.

Alguns apontamentos a respeito de melhorias que poderiam ser feitas em atualizações posteriores. O livro poderia apresentar mais sobre o papel do gestor, uma vez que, diante do âmbito da gestão pública seu papel é primordial para o desempenho de todas as funções, inclusive sob um regime de gestão de competências, inovação e empreendedorismo no setor público, aspectos nos quais o livro não focalizou e nem teceu

discussões periféricas. Em relação ao aspecto estrutural do livro, poderiam ser apresentadas com maior ênfase e detalhamento as informações que são apresentadas em tabelas ou quadros, a fim de enfatizar a qualidade dos dados sob uma perspectiva do pensamento visual. Em suma, a obra permite que o leitor tenha apanhado necessário em relação ao funcionamento da gestão pública, bem como sobre os impecílios e problemáticas que a envolvem na contemporaneidade.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Financiamento 001), Brasil.

¹ Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2018/02/administracao_publica_contemporanea.pdf